

14 / 1994

Índice

PORTUGAL E A PARTILHA DO MUNDO

7 Editorial

Estudos

- 11 Paulo Drumond Braga e Isabel Mendes Drumond Braga
As duas mortes de D. Manuel: o rei e o homem
- 23 Ulrich Fleischmann, Mathias Rohrig Assunção e Zinka Ziebell-Wendt
Os Tupinambá. Realidade e ficção nos relatos quinhentistas
- 42 Jill Dias
Mudanças nos padrões de poder no «hinterland» de Luanda.
O impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920)

Em debate: Abolicionismo

- 95 João Pedro Marques
Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico
de escravos portugueses
- 119 Valentim Alexandre
Projecto colonial e abolicionismo

Biblioteca

- 129 Rita Costa Gomes
Cerimónias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito
de um livro recente

Estado da questão: Historiografia

- 139 José Miguel Sardica
Do relativismo ao cientismo, uma superação das vanguardas historiográficas?
- 151 Jean-Frédéric Schaub
A história política dos *Annales E.S.C.* Mutações e reformulações
- 179 Pedro Cardim
A análise cultural no campo historiográfico
- 201 Manuel Baiôa
A ditadura militar na historiografia recente

Biblioteca

- 221 Maria Idalina Portugal
Provas académicas de 1992-93

Leituras

- 233 Recensões de José das Candeias Sales, Pedro Cardim,
Luís Nuno Rodrigues e António Manuel Hespanha
- 245 Maria de Fátima Nunes
In Memoriam J. S. Silva Dias

A ANÁLISE CULTURAL NO CAMPO HISTORIOGRÁFICO

Pedro Cardim

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Poucos suspeitariam que o livro de J. Burckhardt *Die Kultur der Renaissance in Italien* (editado em Basileia, 1860) viesse a inspirar, anos mais tarde, uma geração historiográfica que fez da «história da cultura» a sua «imagem de marca». Com efeito, nesse livro Burckhardt constrói um retrato da Itália dos séculos XIV e XV, colocando em primeiro plano o nível cultural, em detrimento de outros níveis como o social, o económico e o político. Tratou-se de uma iniciativa verdadeiramente inédita no campo da historiografia, dado que rompia com a tendência então dominante de encarar os fenómenos políticos como o principal objecto da atenção do historiador¹. De facto, naqueles anos o vocábulo *Kultur* tinha ainda um uso pouco frequente no âmbito do registo historiográfico, o qual apresentava, então, contornos predominantemente positivistas. Como mostrou Norbert Elias, *Kultur* – que surge no título original, em alemão, de Burckhardt – tinha um poderoso e complexo significado para a sensibilidade germânica, designando, essencialmente, as aquisições de ordem espiritual e intelectual de qualquer sociedade². Já o termo *civilização* parece ser muito mais caro à sensibilidade francófona, onde *civilisation* tendia a designar tudo aquilo que constituía o legado de uma sociedade, mas desta feita a um nível essencialmente material³. Iriam decorrer algumas décadas, até à definitiva consagração destes dois conceitos no léxico historiográfico.

De qualquer modo, se nenhum destes dois termos parece fazer parte do vocabulário dos historiadores daquele período, o mesmo não acontecia no campo das chamadas «novas disciplinas» do social, então em movimento emergente no campo das ciências humanas. Desde o momento inicial do lançamento de suas disciplinas, quer os antropólogos – entre os quais pontificava Marcel Mauss –, quer os sociólogos dedicam uma atenção muito

marcada a esse nível «cultural», seja pelo estudo da sua vertente «espiritual» (*Kultur*), seja pela reconstituição das condições materiais de um determinado grupo social (*civilisation*). A revista *L'Année Sociologique*, onde surgiram alguns ensaios de E. Durkheim, ilustra bem a postura da Sociologia, decididamente empenhada em sondar as condições sociais em que os fenómenos ocorriam, desafiando assim o exclusivismo da dimensão política, que caracterizava o registo historiográfico daquele período. Importa referir que estas novas disciplinas lutavam ainda pelo seu reconhecimento institucional, tanto ao nível das academias como dos cursos universitários, meio académico esse, onde a história, disciplina mais tradicional e convencional, continuava a exercer uma decidida hegemonia no campo das ciências humanas⁴. Contudo, e contrastando com esta hegemonia académica, nas primeiras décadas do nosso século a produção historiográfica encontrava-se em franco declínio. Podemos resumir em breves linhas o essencial da práxis dos historiadores: monopólio da dimensão política, «culto» do documento escrito (encarado como a garantia da objectividade do saber historiográfico), monotonia ao nível do tratamento dos temas, alheamento em relação às aquisições das novas disciplinas do social, e ainda um quase completo desinteresse pela reflexão quer sobre os limites, quer sobre as condições teóricas e metodológicas do saber que produziam. Também acerca deste último ponto o contraste entre a historiografia e as novas ciências sociais era grande, dado que boa parte da produção científica destas últimas patenteava, em regra, uma preocupação aguda por problemas de ordem teórica e metodológica, procurando, sempre que oportuno, discutir os limites e as condições do saber no seu âmbito produzido. De resto, mais tarde muitos dos problemas e conceitos lançados por estas disciplinas irão ser captados pelos historiadores mais atentos à produção dos seus colegas sociólogos, antropólogos ou psicólogos. Este processo é bem ilustrado pela «migração» para o campo historiográfico de conceitos como «imaginário colectivo» ou «representação colectiva», os quais eram já correntemente utilizados por Mauss ou por Durkheim, *v.g.*, no seu clássico *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, de 1912⁵.

Entretanto, a partir dos anos 20 do nosso século deparamos com alguns sinais de relançamento do saber historiográfico. Em 1921 vê a luz *The Waning of the Middle Ages*⁶, de J. Huizinga, um livro que se ocupa do domínio do imaginário, do sentimento, do jogo, no contexto da sociedade da Borgonha dos séculos XIV e XV, antecipando, em certos aspectos, o programa da historiografia francesa dos anos 60. Pelo mesmo período, tem lugar o lançamento de duas novas revistas francesas especializadas em História: a *Revue*

de *Synthèse Historique*, e a mais conhecida *Annales d'histoire économique et sociale*; nesta última pontificavam jovens historiadores franceses como Lucien Febvre, Marc Bloch, Henri Berr, entre outros membros de uma equipa que reclamava algum vanguardismo em relação à tão criticada historiografia positivista. Como salientou Lynn Hunt num ensaio recente⁷, o próprio título da revista *Annales* reflecte bem o essencial do seu programa: a economia e a sociedade iriam conhecer, nessa revista, a atenção que não tinham merecido pela historiografia de pendor positivista; por seu turno, a dimensão política não entrava nas preocupações dos *Annales*. Se por um lado a influência marxista é indesmentível – sobretudo na «prioridade» do nível económico, defendida por muitos destes historiadores –, por outro, tanto Bloch como Febvre confessam várias vezes a sua dívida em relação às propostas da revista *L'Année Sociologique*, atrás referida⁸. Mas embora Bloch e Febvre personifiquem bem este novo interesse que a historiografia dos *Annales* se prepara para dedicar aos fenómenos culturais, a cultura continuava a ser encarada como o «terceiro nível» da experiência social. Para esta geração dos *Annales*, a economia, como nível mais profundo, encerrava um potencial explicativo enorme, determinando boa parte do segundo nível – do social – e decididamente o terceiro, dos fenómenos culturais.

Marc Bloch parece ser o grande historiador do momento, sobretudo se tivermos em conta as suas propostas no domínio da história da cultura. Tanto em *Les Rois Thaumaturges*, como em *La société féodale*, Bloch procura enraizar as atitudes morais e afectivas do sistema feudal nas condições económicas e sociais do período medieval. Esta nova perspectiva, centrada na dimensão social, concorria decisivamente para incrementar o interesse pelo sujeito colectivo, destronando assim o predomínio dos grandes homens, dos grandes personagens, tão típico da historiografia considerada, segundo os padrões da época, mais tradicional. No livro de Bloch sobre a sociedade feudal (de 1939), o protagonista são todos aqueles que participam do sistema de relações (económicas, sociais e mentais) do feudalismo.

Ainda em 1939 vê a luz *Ueber den Prozess der Zivilisation. Soziogenetische und Psychogenetische Untersuchungen* de Norbert Elias, obra de grande fôlego mas que tardará a ser divulgada na Europa latina e anglófona, devido ao facto de não conhecer qualquer tradução senão algumas décadas após a sua primeira edição em alemão. Mais uma vez, deparamos com uma análise diacrónica onde o fenómeno cultural ocupa o primeiro plano, embora íntima e constantemente relacionado com as condições e vestígios materiais produzidos pelas sociedades onde esses fenómenos têm lugar. Além disso, Elias

assume um ponto de vista «macro», privilegiando decididamente a dimensão colectiva dos fenómenos culturais.

Numa primeira visão de conjunto, constatamos que até à década de 1940 os fenómenos culturais tendem a despertar um interesse crescente entre estudiosos franceses e alemães. E apesar da posição algo subalterna ocupada pela análise cultural no dispositivo explicativo corrente entre os historiadores dos *Annales*, as suas incursões no domínio da cultura acabam por ser aquelas onde se detecta os sinais mais evidentes da recuperação do saber historiográfico. Em regra, é possível surpreender nesses trabalhos um maior conhecimento sobre o trabalho que estava a ser realizado pelas outras disciplinas sociais, e uma maior preocupação pela definição das bases teóricas e metodológicas da historiografia.

A «segunda geração» dos *Annales* e as mentalidades. O ano de 1949 – data do aparecimento de *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, de F. Braudel – é normalmente apontado como o início de uma fase de decidido predomínio da historiografia francesa ao nível europeu. A revista *Annales*, que simbolizava já o que de mais avançado se fazia no campo historiográfico, mudava entretanto de nome, passando a chamar-se *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*. Este título reflecte bem as alterações ocorridas ao nível das prioridades do chamado «paradigma» dos *Annales*, doravante sob a tutela de Braudel: subjacente a esse novo título, encontramos um esquema explicativo no qual a economia surgia em primeiro lugar (a influência marxista era ainda bem evidente), seguida pelo nível do social, e por último pela *civilisation*, que tenderá cada vez mais a ser designada por *mentalité*. Apesar de a ordem sequencial destes três níveis reflectir bem as prioridades do dispositivo explicativo dos *Annales*, não deixa de ser significativa a entrada do termo *civilisation* para o título daquela que era, já naquela altura, uma das mais influentes revistas especializadas em História. O nível da «cultura» estava então a consolidar o seu espaço no ficheiro temático dos historiadores, sob a designação de «mentalidades». Note-se, porém, que no âmbito destes estudos a acepção de «mentalidade» continuava a ser abrangente e vaga, dado que tais análises procuravam incidir, essencialmente, sobre crenças, atitudes, opiniões e valores. Mas, no fundo, estes fenómenos não constituíam um nível independente da realidade, mas antes algo que só podia ser compreendido mediante alusões à estrutura económica e social de uma determinada época.

«Interdisciplinaridade» é a palavra de ordem desta nova geração de historiadores, como notou J. Revel⁹, geração que, entre outros atributos,

demonstrava um muito maior interesse pelo trabalho desenvolvido por disciplinas como a demografia, a biologia e a geografia, tentando entender a sociedade como se de um organismo total se tratasse, no qual todas as suas dimensões estavam inter-relacionadas. O historiador procurou então munir-se de conhecimentos oriundos dessas diversas disciplinas – sobretudo daquelas onde a análise quantitativa tinha um papel predominante – com o objectivo de produzir um saber não-ambíguo e coerente. A forma do registo historiográfico também mudou: quantificação, gráficos, tabelas e números pautavam agora os livros de história, resultando um dispositivo retórico que, apoiado na certeza aritmética, procurava conferir maior cientificidade ao saber produzido pelo historiador.

Mais uma vez a revista *Annales* funcionou como o barómetro destas mudanças: os seus artigos passam a versar, cada vez mais, sobre questões teóricas e metodológicas, ao mesmo tempo que a temática dos estudos aí publicados tende a diversificar-se de modo acentuado, mediante a captação de temas e problemáticas correntes em outras disciplinas sociais, em nome da atrás referida «interdisciplinaridade». Por seu turno, a dimensão factual do devir era praticamente banida, privilegiando-se as mudanças lentas, consideradas mais estruturais e mais férteis de consequências. Quanto ao sujeito individual, este está praticamente ausente, cedendo o seu lugar ao anonimato das mudanças colectivas¹⁰.

Como seria de esperar, o próprio dispositivo explicativo em voga neste período reflecte o investimento do partido braudeliano numa maior cientificidade, ao decididamente valorizar a explicação causal – inspirada no modelo das ciências físicas, ditas «exactas» –, em detrimento do registo mais descritivo e narrativo (que aproximava a historiografia do registo literário). A *histoire-problème* de Braudel, assumindo um ponto de vista «macro» sobre o Mediterrâneo de Filipe II, interessa-se agora pelo geral e pelo universal, procurando formular leis gerais, à semelhança das ciências «duras»; o facto histórico, o acontecimento, em contrapartida, quase que desaparece, numa altura em que as análises «micro» estão, decididamente, fora de moda.

Descrito aqui em breves linhas, este modelo teve uma influência estruturante no campo historiográfico europeu no período que decorre entre os anos 50 e 80. Apesar de muitas destas propostas terem sofrido um ataque cerrado em França¹¹ ao longo da década de 60, é um facto que nos meios historiográficos mais periféricos e de menor expressão – e, em tempos académicos, predominantemente influenciados pela França (como é o caso de Portugal) –, a recepção das novidades dos *Annales* deu-se bastante mais

tarde, justamente numa altura em que, no contexto francês, as suas propostas estavam já a ser fortemente questionadas. Daí, em parte, a razão da surpreendente longevidade desse autêntico fascínio sentido por muitos historiadores, ainda hoje, pela historiografia dos *Annales*, e de uma forma geral, por tudo o que provém do contexto historiográfico francês.

Contudo, se parte da contestação às propostas dos *Annales*, em plena década de 1960, se traduziu num gradual abandono dos grandes sistemas de interpretação e das grandes construções teóricas, outra das principais mutações do *modus operandi* historiográfico ocorreu ao nível das próprias hipóteses de trabalho que eram colocadas pelos investigadores no início da sua investigação. Com efeito, ao invés de continuar a explicar os fenómenos culturais através da enumeração das causas externas a eles (causas essas encaradas como responsáveis pela ocorrência desses mesmos fenómenos), tendeu-se cada vez mais a transferir o foco de atenção para as propriedades desses fenómenos, e para o contexto com o qual estavam em interacção. Por acréscimo, no seguimento desta renovada atenção dedicada aos particularismos de cada objecto e à especificidade de cada contexto histórico, constatou-se que muitas das propostas dos *Annales*, alegadamente de aplicação universal, eram pouco pertinentes quando aplicadas em meios e ambientes diversos do francês¹². De resto, era certamente no campo das *mentalités* que tal desadequação do «modelo francês» se tornava mais visível, sobretudo porque as propostas que reivindicavam o primado do nível económico sobre o das mentalidades nunca reuniram grande consenso. À força de eliminar o protagonismo do sujeito individual, muitos destes historiadores apresentavam a entidade colectiva, os grupos populacionais reagindo de forma quase «pavloviana» a estímulos de ordem económica e social – situação que foi oportunamente denunciada por Thompson num sugestivo ensaio de 1971¹³.

A origem destas concepções decididamente redutoras acerca das regras que estruturavam o comportamento humano reside, talvez, no desconhecimento das recentes aquisições quer da psicologia (sobretudo daquela produzida no contexto alemão, de índole psicanalítica) quer da sociologia. Esse era mais um sinal de que a tão proclamada «interdisciplinaridade» fora mais teórica do que real, entre os historiadores dos *Annales*; daí que, mais uma vez, após estes anos de polémica, o campo historiográfico tenha saído com a sua cotação francamente desvalorizada perante disciplinas como a sociologia, a antropologia, a literatura, a psicologia, e mesmo a história da arte, com a qual os historiadores *tout court* mantinham raros e difíceis contactos. Estes campos de saber, por seu turno, não se cansavam de sublinhar os pontos de

contacto que possuam, no decurso do seu trabalho, com o saber historiográfico.

Uma palavra ainda para as características formais dos ensaios e dos livros produzidos por esta segunda geração dos *Annales*, características essas que, a prazo, concorreram também para a sua própria falência. Com efeito, a moda da análise quantitativa e a obsessão pela mobilização de grandes massas de informação empírica – ambas decorrentes da convicção de que só assim se garantia um grau de cientificidade ao saber produzido pelo historiador – acabou por retirar ao discurso historiográfico um dos seus aspectos mais típicos e ancestrais: a componente lúdica. Por outro lado, ao mobilizarem o vocabulário e a técnica expositiva própria da explicação causal – logo, pouco imaginativa e de rigorosa economia linguística – estes historiadores produziram livros pouco interessantes, porque demasiado técnicos, e em alguns casos realmente impossíveis de serem decifrados pelo leitor amador. A História distanciara-se do registo literário, com o qual sempre tivera afinidades fortíssimas¹⁴.

A revalorização da análise «micro» e da narrativa. Como se de um movimento cíclico se tratasse, a comunidade historiográfica acabou por responder a esta conjuntura desfavorável através do lançamento de uma série de temas e de metodologias novas. Curiosamente, foi o campo da «história das mentalidades» – género historiográfico agora definitivamente consagrado – que avançou com algumas das propostas mais sugestivas. Desta vez, porém, o movimento já não era exclusivamente francês; pelo contrário, os seus protagonistas pertenciam, boa parte deles, a meios historiográficos anteriormente periféricos, como o italiano, o alemão, ou o norte-americano. Essa renovação – que ainda hoje decorre – começou por reconhecer, uma vez mais, o contributo de disciplinas como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a linguística, mas desta vez sublinhando e assumindo as afinidades que existiam entre os objectos e métodos de trabalho desses ramos de saber, e aqueles praticados pela História. Tratou-se, antes de mais, de uma questão estratégica – como notou R. Chartier¹⁵ – dado que os historiadores perceberam que o território explorado por essas disciplinas era bem mais sugestivo, e os resultados obtidos muito mais interessantes que os da História de índole quantitativa. E desse esforço de captação de objectos e métodos até aí estranhos ao meio historiográfico, acabaram por ser os historiadores da cultura e das mentalidades aqueles que mais beneficiaram.

Tal facto deveu-se à já mencionada afinidade estreita existente entre o objecto estudado pelo historiador das mentalidades, e aquele que desde há

décadas estava a ser estudado por sucessivas gerações de antropólogos ou sociólogos. Estes, por sua vez, há tempos que chamavam a atenção para o carácter redutor quer da convencional «história das ideias», quer da «história das ciências», géneros historiográficos que insistiam em ver as estruturas mentais como que a «flutuar» acima da sociedade, dedicando a sua atenção exclusivamente às ideias, aos conteúdos dos grandes sistemas de pensamento, produzidos por uma sucessão de «grandes pensadores»¹⁶. Como se vê, ao contrário do que era norma no ambiente dos *Annales* – de onde o sujeito individual havia sido praticamente «banido» –, a historiografia que se dedicava ao estudo dos conteúdos dos grandes sistemas de pensamento conservava ainda a dimensão individual, embora em padrões que a prazo iriam ser bastante contestados. Uma tal contestação ocorreu, em parte, porque do seu trabalho resultara uma galeria – essencialmente convencional – de grandes autores, de grandes heróis culturais e de grandes épocas históricas (como a Antiguidade Clássica, o Renascimento italiano, a Revolução Científica, etc.), épocas essas cujo principal apanágio era a alegada riqueza da produção cultural/intelectual das «elites» que tinham protagonizado esse período. Deste modo, a historiografia das ideias acabava por reproduzir e subscrever aquilo que Max Weber designava por «rotinas» do carisma exercido por estas grandes épocas do passado intelectual europeu¹⁷.

Porém, desde meados da década de 1970 figuras destacadas da historiografia da cultura – como Jacques Le Goff, Carlo Ginzburg, Natalie Z. Davis ou Robert Darnton, entre outros – subverteram decisivamente essa prioridade do estudo da produção cultural/intelectual das «elites» de uma determinada época. Assim, começaram por contestar a ideia de que existia um caminho, uma evolução obrigatória desde um estado de irracionalidade e de magia, até a um mundo racional, governado pela ciência, e logo, mais ordenado – em suma, mais próximo daquilo que, pretensamente, caracteriza a mundividência actual¹⁸. Para o desacreditar da referida crença numa evolução linear (a qual constituía, afinal, uma variante da ideologia do progresso), o contributo de Michel Foucault foi também decisivo. Ao aprofundar a noção de «discurso» e ao distinguir este conceito daquele de «ideologia» – tão comum no vocabulário mais tradicional –, Foucault enriqueceu decisivamente o campo das «mentalidades», ao assumir como objecto de estudo algo que não podia ser explicado por uma mera referência causal e linear a qualquer coisa exterior a ele, fôsse uma estrutura social, fôsse um homem intelectualmente brilhante. Pelo contrário, Foucault sublinha que o caminho seguido pelas práticas discursivas não tinha correspondência directa com as mutações na estrutura social, económica, ou outra.

Além disso, essas práticas distinguiam-se essencialmente das formas mais intelectuais e mais formalizadas, resultantes da actividade racional, consciente, do sujeito pensante. A Foucault interessa, antes de mais, os dispositivos e tudo aquilo que pertence ao domínio do inconsciente, o qual tem, afinal, um decidido protagonismo no comportamento humano – ao contrário do que acreditavam muitos historiadores, menos informados acerca das recentes propostas da psicanálise, da psicologia social ou da sociologia. O efeito destas propostas foi devastador: por um lado, subvertia-se a linearidade da tradicional representação da evolução progressiva das sociedades humanas, impondo-se as descontinuidades, as rupturas, como objecto de estudo; por outro lado, abalava-se o protagonismo da acção humana consciente, passando o analista a perscrutar o irracional e o inconsciente, provocando, numa palavra, o descentramento do sujeito consciente. Por fim, a pesquisa nesta área do inconsciente complexificou o significado da acção humana, e para captar esses níveis de significado da área do não-consciente, impunha-se, mais uma vez, a adopção de um ponto de vista «micro» sobre as práticas discursivas. Uma tal opção pelo estudo desses níveis de significado «denso» teve por consequência o radical alargamento do espaço de trabalho do historiador, o qual, subitamente, viu-se confrontado com uma verdadeira profusão de significações. Assim se compreende a renovada atenção dedicada ao nível do simbólico, uma área onde os níveis de significado se multiplicam, e onde é difícil estabelecer laços de causalidade directa entre intenções e significados produzidos¹⁹.

O estudo de Carlo Ginzburg *Il formaggio e i vermi*, de 1976²⁰, ilustra bem a tarefa que o historiador tinha, doravante, entre mãos. Perante os livros que manuseia, o moleiro quincentista que protagoniza o estudo de Ginzburg mostra bem como existe uma distância (insuspeitada por muitos historiadores) entre as intenções de um determinado autor, ao escrever um texto, e as recepções que esse mesmo texto acabava por conhecer, ao ser divulgado. De facto, as intenções do autor podem mesmo desaparecer, acabando o texto por sugerir possibilidades de leitura que o seu autor provavelmente nunca tinha imaginado. A profusão de significados decorrente desse processo de libertação do texto em relação às intenções do seu autor acaba também por levar o historiador a ajustar o enfoque da sua análise, optando, cada vez mais, por análises «microscópicas», onde a minúcia interpretativa tende a ser a principal característica do analista. E na sequência do sucesso do referido livro de Carlo Ginzburg, multiplicaram-se os *case-studies* sobre pequenos personagens, preferencialmente extraídos, não do mundo da «cultura de elites», mas sim do mundo «popular»²¹. O prin-

cial aliciante desses inquiridos a «pequenas personagens» residia no facto de o historiador poder analisar, desse modo, as ideias e os valores que eram colectivamente partilhados num determinado contexto histórico. Por acréscimo, os estudos sobre esses casos restritos ilustravam quais eram as possibilidades-limite de um indivíduo, de uma «pequena personagem», saída desse meio que, em princípio, não participava da «grande tradição»²².

Se, por um lado, detectamos sinais da influência do «olhar» antropológico na abordagem que acabou de ser descrita (o historiador que exercita uma espécie de observação participante de uma situação, estudada minuciosamente, procurando recriar a *actor's view*²³), não podemos esquecer a influência estruturante dos ensinamentos da linguística, nomeadamente no que diz respeito às propostas da chamada «teoria da recepção»²⁴. Sabemos que os estudos sobre a estética da recepção têm já alguns anos; porém, só recentemente foram «descobertos» pela comunidade historiográfica, que desde logo os utilizou para explorar o «mundo do texto e o mundo do leitor», segundo a feliz expressão de Paul Ricoeur²⁵. Mais uma vez, ao aventurarem-se numa história social das interpretações, os historiadores depararam com a mesma profusão de significados, muitos deles coexistentes, muitos deles diversos entre si, embora decorrentes de uma mesma referência²⁶.

Outra das consequências desta opção por privilegiar as análises «micro» foi a revalorização do registo narrativo e da descrição, doravante encarada, por alguns autores, como a melhor forma de explicitar os temas a que se dedicam os historiadores. Recorde-se que a forma narrativa sofrera forte desprestígio quando do predomínio da chamada «segunda geração» dos *Annales*, altura em que a quantificação e a solidez da base empírica constituíam os principais apanágios da explicação dada pelo historiador, a qual era, em regra, causal. Contudo, desde há pelo menos duas décadas que a vertente narrativa tem vindo a ganhar terreno, estreitando os contactos entre a historiografia e a literatura²⁷. E as análises «micro», lidando com níveis de significação «densa», vieram mostrar que a busca de uma relação causa-efeito era pouco pertinente no domínio do simbólico; pelo contrário, o registo narrativo e a descrição revelaram-se muito mais adequados a este estilo de sondagem «micro».

Mas esta aproximação da historiografia em relação à expressão literária resulta também das dificuldades sentidas pela anterior opção explicativa, que insistia em enumerar as causas e as motivações do comportamento humano a fim de explicar o devir do passado. O principal problema desta

opção residia no facto de os historiadores lidarem com fenómenos e processos de mudança muito complexos, acerca dos quais possuíam informação muito fragmentária e muito lacunar. Além disso, apesar de essa informação empírica mobilizada pelo historiador ser, à partida, muito limitada, ela tornava-se invariavelmente mais restrita ao ser seleccionada e escolhida pelo historiador, a cada passo do seu trabalho interpretativo. Os sucessivos alertas para esta dupla limitação da informação disponível sobre o tema em estudo concorreram também para a desestabilização das grandes generalizações e dos modelos «macro», tão ao gosto da historiografia das décadas de 1950 e 1960²⁸. Constatou-se que a sua capacidade explicativa era bastante mais limitada do que se pensava. Mais do que modelos objectivos, garantidos pela certeza empírica, estávamos perante construções retóricas do historiador.

Assim, um novo olhar sobre a natureza do trabalho historiográfico resultou desta tomada de consciência não só do protagonismo interpretativo do historiador, mas sobretudo da distância que separava a história das demais ciências ditas «exactas», laboratoriais e objectivas. Inaugurou-se então uma vaga de reflexão e debate sobre a morfologia do próprio discurso historiográfico, da qual resultou uma nova sensibilidade acerca do papel activo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas. Nos anos mais recentes, os historiadores aperceberam-se finalmente de que a autoridade do saber que produziam assentava, antes de mais, numa série de protocolos e de convenções retóricas, próprias do discurso historiográfico. Como assinala Barthes, a exposição historiográfica funciona, em regra, como um dispositivo de persuasão do leitor, convencendo-o daquilo que o historiador pretende afirmar como tendo acontecido, de facto, no passado²⁹. Doravante, deixou-se de encarar a linguagem do historiador como algo neutro; nos textos historiográficos, mais do que explicações daquilo que aconteceu, encontramos incessantes manobras estilísticas efectuadas pelo historiador, para tornar o seu texto plausível e verosímil aos olhos do leitor³⁰. Como resultado, o carácter científico do saber historiográfico foi mais uma vez questionado, aproximando-se a história do registo literário e ficcional.

Em suma, se por um lado a revalorização das análises «micro» permitia conhecer alguns casos restritos de forma mais aprofundada, o facto é que o estudo minucioso desses pequenos episódios tirou da obscuridade diversos níveis de significação da realidade, muitos deles praticamente insuspeitados pelo historiador. Além disso, à medida que os historiadores da cultura aperfeiçoavam os seus conhecimentos sobre linguística, (re)descobriram que o saber que produziam tinha grandes afinidades com o registo literário. Nos

anos vindouros, este tema promete vir a ser um dos campos mais férteis em discussão.

Análise cultural e historiografia actual. Não obstante o plano cultural constituir hoje um dos níveis da experiência social correntemente analisados pela historiografia, os estudos realizados continuam a revelar alguma dificuldade em identificar elementos e objectos observáveis, passíveis de serem estudados de forma empírica. Porém, não há dúvida que a opção pelo domínio do simbólico fez da «história da cultura» o campo privilegiado para o ensaio das mais recentes propostas de diálogo entre a história e as outras ciências sociais³¹. Como vimos, esse género historiográfico tem sido precoce a aproveitar diversas propostas das outras disciplinas, adoptando, *v.g.*, os métodos estatísticos da sociologia, a análise «micro» da antropologia, os modelos da psicologia, a análise linguística e semântica da literatura, o rigor conceptual e as problemáticas desenvolvidas pela historiografia do direito³², etc. Assim, a par do estudo dos referidos «pequenos episódios», os historiadores da cultura interessam-se cada vez mais pelos conjuntos documentais com características formais homogéneas e em número limitado, os quais são passíveis de serem submetidos a uma análise semântica muito intensiva³³.

Significativamente, no seio da comunidade historiográfica são os historiadores que se dedicam à análise cultural que, em regra, denotam uma maior propensão para discutir as condições e os limites do saber que produzem. Tal propensão deve-se, talvez, ao facto de esses historiadores, por força da temática da sua investigação, frequentarem assiduamente literatura teórica e metodológica produzida no campo de outras disciplinas sociais. A influência antropológica é visível na atenção dedicada pela historiografia actual a testemunhos não-verbais e não-escritos, optando decididamente por uma abordagem interpretativa das referências simbólicas e dos seus significados, *v.g.*, uma «descrição densa» de imagens, de artefactos, de rituais, de cerimónias ou de uma gama de pequenos episódios que são mobilizados por expressarem, de modo eficaz e paradigmático, a condição «exótica» e «estrangeira» do objecto de estudo. Como vimos, na linha desta predilecção pelo simbólico, o contributo da linguística é também evidente, não só pelos ensinamentos da semiótica – a técnica de descodificação da linguagem textual –, mas também por sublinhar a importância da recepção conhecida pelas obras literárias, o que tem levado alguns historiadores a efectuar minuciosas reconstituições do circuito de produção, divulgação e recepção de textos, imagens ou artefactos coevos, lidando agora, e cada vez mais, com os problemas ligados à intertextualidade³⁴. Neste campo, estuda-

-se essencialmente as propriedades expressivas e comunicativas da cultura, sendo esta considerada em interacção com a estrutura social. Quanto à sociologia, introduziu no saber historiográfico a exigência teórica e metodológica que este não possuía anteriormente³⁵. Além disso, ensinou aos historiadores que a realidade social é algo de extremamente composto, onde diversos níveis se atravessam, e onde as trocas entre esses diferentes níveis são muito mais dinâmicas do que, em regra, o analista suspeita³⁶. A influência dessa problemática no campo historiográfico começou por manifestar-se através de uma vaga de novos estudos sobre a «cultura popular»³⁷, e embora a dicotomia elites/popular viesse a revelar-se, também ela, redutora, o certo é que as sondagens efectuadas nesse nível popular mostraram ao historiador que entre a «grande tradição» e os restantes níveis «culturais» da sociedade havia contactos e trocas caracterizadas por um dinamismo surpreendente.

Actualmente, são os contrastes entre centro e periferia que tendem a disfrutar do favor de boa parte da comunidade historiográfica, até porque esta temática retoma algumas das propostas de Foucault acerca da problemática do poder, nomeadamente a noção de que a produção de uma dada representação, a veiculação de um determinado saber implica, forçosamente, uma relação de poder, de dominação entre produtores e destinatários³⁸. Deste modo, o historiador lida, não com uma, mas com várias representações coexistentes, produzidas por diferentes entidades em concorrência e conflito entre si³⁹. Essa concorrência procede, em regra, por manobras e estratégias simbólicas, levadas a cabo por cada um dos produtores dessas representações, com vista a impor como válida a sua visão do mundo. Como se compreende, um tal questionário aproximou decididamente a história da cultura da história das formas de exercício do poder, privilegiando-se agora o estudo minucioso dos «micro-conflitos», férteis de significação⁴⁰. Por seu turno, o poder é agora entendido em termos muito mais abrangentes: «o poder instala-se, insinua-se em todo o lado onde se impõem as regras, as normas, as interpretações do mundo», assinala A. Burguière⁴¹. Trata-se do regresso ao político, como notou recentemente R. Charlier⁴², objecto decididamente desvalorizado pelas propostas dos *Annales* mas que tanto interessara a Burckhardt, há quase centena e meia de anos, quando estudou a cultura do Renascimento italiano.

- ¹ A respeito do percurso intelectual de Burckhardt, cfr. F. Bouza Alvarez, «Prologo», in J. Burckhardt, *La cultura del Renacimiento en Italia*, Akal, Madrid, 1992, pp. 7-41.
- ² V. Norbert Elias, *O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, D. Quixote, Lisboa, 1989, vol. I, pp. 81 segs.; v. também Franz Rauhut, «Die Herkunft der Worte und Begriffe 'Kultur', 'Civilisation' und 'Bildung'», *Germanisch-Romanisch Monatsschrift*, 38, 1953, pp. 81-91; E. Tonnelat, «Kultur – histoire du mot. Évolution du sens», in *Civilisation. Le Mot et l'Idée*, Félix Alcan, Paris, 1930, pp. 61-73.
- ³ V. Lucien Febvre, «Civilisation, évolution d'un mot et d'un groupe d'idées», in AAVV, *Civilisation. Le mot et l'idée*, Félix Alcan, Paris, 1930, pp. 20 segs.
- ⁴ Veja-se J. Revel, «História e Ciências Sociais: os paradigmas dos *Annales*», in *A Invenção da Sociedade*, Difel, Lisboa, 1990, p. 28.
- ⁵ Veja-se, ainda, o clássico de Max Weber *Die protestantische Ethik und der «Geist» des Kapitalismus*, de 1905, onde os valores e as normas estão no centro da análise.
- ⁶ Este é o título da tradução inglesa do original neerlandês, de 1919; Huizinga apresenta uma formação germânica bem evidente, distinguindo-se assim do *modus operandi* típico da historiografia francesa; o próprio título do livro de Huizinga encerra alguns dados polémicos, nomeadamente no que diz respeito às categorias cronológicas então correntes (Idade Média, época moderna, etc.): a tradução portuguesa – *Declínio da Idade Média* – não foi feliz, obscurecendo o significado que o autor pretendia dar, o qual é conservado pela palavra inglesa *waning*, i.e., o «entardecer», o «enfraquecer», a parte final da Idade Média. Ao estudar um período que se situava algures entre essas duas épocas, Huizinga acabava por desafiar a periodização tradicional, a qual correspondia, em boa medida, à periodização da história política.
- ⁷ Lynn Hunt, «French History in the last twenty years: the rise and fall of the *Annales* paradigm», in *Journal of Contemporary History*, vol. 21, 1986, pp. 212 segs.
- ⁸ Cfr. A. Burguière, «De la compréhension en Histoire», in *Annales E.S.C.*, 1990, nº 1, pp. 129 segs.; cfr. também «The Fate of the History of Mentalités in the *Annales*», *Comparative Studies in Society and History*, 1982, p. 425.
- ⁹ J. Revel, «História e Ciências Sociais: os paradigmas dos *Annales*», in *A Invenção da Sociedade* cit., p. 30, *passim*.
- ¹⁰ Veja-se, *in genere*, F. Braudel, *História e Ciências Sociais*, Presença, Lisboa, 1972.
- ¹¹ Para mais pormenores sobre o verdadeiro anti-historicismo vivido em França nos anos 60, liderado pelo movimento do estruturalismo, cfr. Jacques Revel, *art. cit.*, 1990, p. 31.
- ¹² Para uma resenha das principais críticas às propostas de Braudel, cfr. Samuel Kinser, «Annaliste paradigm? The Geohistorical Structuralism of Fernand Braudel», in *The American Historical Review*, 86, nº 1, 1981, pp. 63-109.
- ¹³ E. P. Thompson, «The moral economy of the English crowd in the eighteenth century», *Past and Present*, nº 50, 1971, p. 78.
- ¹⁴ A respeito de outras das limitações das propostas dos *Annales*, cfr. S. Clark, «The *Annales* historians», in Q. Skinner (ed.), *The Return of Grand Theory in the Human Sciences*, Cambridge University Press, Cambridge, 1985, pp. 177-98.
- ¹⁵ R. Chartier, «Le monde comme représentation», *Annales E.S.C.*, 1989, nº 6, pp. 1506 e segs.
- ¹⁶ Princípios bem ilustrados pelas propostas de A. O. Lovejoy, um dos mentores e fundadores da «história das ideias»: «it is part of the eventual task of the history of ideas to apply its own distinctive analytic method in the attempt to understand how new beliefs and intellectual fashions are introduced and diffused» (extracto de «The study of the History of Ideas», in *The Great Chain of Being. The Study of the History of an Idea*, Cambridge Mass., Harvard University Press, 1936, pp. 3-23).

O aprofundamento de algumas destas propostas pode ser surpreendido no conhecido ensaio de Quentin Skinner «Meaning and understanding in the History of Ideas», in *History and Theory*, VIII, i, 1969, pp. 3-53. Porém, no actual domínio de estudo das «grandes» correntes de pensamento e dos «grandes» textos de uma determinada época, deparamos quase sempre com as mesmas rotinas interpretativas, das quais, aliás, quase todos participamos: relacionamos as intenções do autor com o texto por ele produzido (simplificando, em regra, toda a complexidade inerente à relação estabelecida entre essas duas instâncias); relacionamos factos da vida do autor com os textos por ele escritos; relacionamos o contexto social com o texto aí surgido; relacionamos o texto com o *corpus* de um dado autor (estabelecendo, por vezes de forma tautológica, relações de continuidade ou de ruptura entre textos escritos em momentos diferentes do percurso biográfico de um determinado autor).

- ¹⁷ Cf. Max Weber, *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, Fondo de Cultura Económica, México, 1987, pp. 847 e segs.
- ¹⁸ Jean Wirth, «Against the acculturation thesis», in Kaspar von Greyerz (ed.), *Religion and Society in early modern Europe, 1500-1800*, George Allen & Unwill, Londres, 1984, pp. 66-78; confronte-se com os comentários críticos de Jack Goody sobre esta tendência para privilegiar o processo de emergência da racionalidade, do seio da irracionalidade e da magia, esta última habitualmente associada a um certo primitivismo civilizacional (cfr. *The Domestication of the Savage Mind*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987 [1ª ed. 1977], pp. 2 segs.).
- ¹⁹ Acerca da interpretação do simbolismo e suas relações com o domínio do inconsciente, veja-se o importante ensaio de Keith Thomas «An Anthropology of Religion and Magic, II», in *Journal of Interdisciplinary History*, vi: i, 1975, pp. 91-109.
- ²⁰ Carlo Ginzburg, *Il formaggio e i vermi*, Einaudi, Turim, 1976.
- ²¹ Cfr. outro exemplo em Natalie Z. Davis, *The Return of Martin Guerre*, Cambridge University Press, Cambridge, 1983; sobre o tema, cfr. C. Ginzburg, «L'alto e il basso. Il tema della conoscenza proibita nel Cinquecento e Seicento», in *Miti Emblemi Spie. Morfologia e storia*, Einaudi, Turim, 1986, pp. 106-32; ou A. M. Hespanha, «Savants et rustiques. La violence douce de la raison juridique», in *Ius Commune*, nº 10, 1987, p. 148; houve, até, uma profusão exagerada de livros sobre a chamada «cultura popular», a qual esteve, até há pouco tempo, decididamente na moda.
- ²² Cfr. C. Ginzburg, *Il formaggio*, trad. esp. Muchnik, Barcelona, 1986, pp. 15 segs.
- ²³ Cfr. Clifford Geertz, «Thick Description: toward an Interpretative Theory of Culture», in *The Interpretation of Cultures*, Basic Books, Nova Iorque, 1973, pp. 3-30.
- ²⁴ Veja-se, entre outros, W. Iser, *Der Akt des Lesens. Theorie ästhetischer Wirkung*, Wilhelm Fink, Munique, 1976; Stanley Fish, *Is there a text in this class? The authority of interpretative communities*, Harvard University Press, 1980.
- ²⁵ Dando mesmo origem a uma vaga de estudos sobre a história do livro e das práticas de leitura nos séculos XV a XVIII; uma boa panorâmica da bibliografia sobre esta temática pode ser encontrada em F. Bouza Alvarez, *Del Escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII)*, Síntesis, Madrid, 1992.
- ²⁶ Neste âmbito, um dos exemplos mais conseguidos é o estudo de Claude Lefort sobre as sucessivas releituras da obra de Maquiavel (cfr. *Le travail de l'oeuvre. Machiavel*, Gallimard, Paris, 1986 [1ª ed. 1972]).
- ²⁷ Acerca deste ponto, v. David Harlan, «Intellectual History and the return of literature», in *The American Historical Review*, 94, nº 3, Junho de 1989, pp. 581-609.
- ²⁸ A respeito desta problemática, v. A. Megill, «Recounting the Past: 'Description', Explanation, and Narrative in Historiography», *The American Historical Review*, vol. 94, nº 3, Junho 1989, pp. 627-53.

- ²⁹ Cfr. Roland Barthes, «Le discours de l'histoire», in *Social Science Information*, nº 6, 1967, pp. 65-75; alguns destes problemas respeitantes à retórica do discurso historiográfico conheceram desenvolvimentos recentes; *maxime* H. White, *The Content of Form. Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore, 1987, F. R. Ankermit, *Narrative logic: a semantic analysis of the historians language*, M. Nijhoff, The Hague, 1983.
- ³⁰ Cfr. os oportunos comentários de Hayden White sobre este ponto, em «Method and Ideology in Intellectual History: the case of Henry Adams», in D. La Capra e S. L. Kaplall (ed.), *Modern European Intellectual History*, Cornell University Press, Ithaca - Nova Iorque, 1986, p. 289.
- ³¹ Cfr. R. Darnton, «The symbolic element in History», in *Journal of Modern History*, nº 58, 1986, pp. 218-34; compare-se com Dominick LaCapra, «Chartier, Darnton and the great symbol massacre», *ibid.*, nº 60, 1988, pp. 95-112. Assinale-se, entretanto, que o termo *mentalidades* caiu ultimamente em desuso, enquanto *cultura* parece estar na ordem do dia, talvez por ser um vocábulo também largamente utilizado pelas demais disciplinas do social.
- ³² Acerca do contributo da historiografia do direito, cfr. o sugestivo ensaio de Antonio Serrano, «La Rata en el laberinto o la historia como observatorio jurídico», in *Anuario de Historia del Derecho Español*, t. LXII, 1992, pp. 675-713.
- ³³ Um bom exemplo desta tendência é o estudo de C. Jouhaud, *Mazarinades: la Fronde des mots*, Aubier Montaigne, Paris, 1985; v. também os estudos de F. Ranieri, «Juristische Literatur aus dem Ancien Régime und historische Literatursoziologie. Einige methodologische Vorüberlegungen», in AAVV, *Aspekte europäischer Rechtsgeschichte. Festgabe fuer Helmut Coing zum 70. Geburtstag*, Vittorio Klostermann, Frankfurt, 1982, pp. 293-322; e também A. M. Hespanha, «L'étude prosopographique des juristes: entre les 'pratiques' et leurs 'représentations'», in J.-M. Scholz (dir.), *El tercer poder. Hacia una comprensión histórica de la justicia contemporánea en España*, Vittorio Klostermann, Frankfurt, 1992, pp. 93-101.
- ³⁴ É o que acontece no interessante estudo de Miri Rubin sobre a produção, divulgação e recepção de uma nova cerimónia religiosa, a eucaristia, na Europa dos séculos XII a XV, cfr. *Corpus Christi. The Eucharist in Late Medieval Culture*, Cambridge University Press, Cambridge, 1991; no entanto, trata-se de uma abordagem praticada por muitos dos historiadores da arte, desde há bastante tempo; como exemplo, v. o ensaio de Michael Baxandall, *Painting and Experience in Fifteenth Century Italy*, Oxford University Press, 1972, pp. 29 segs.; e ainda Claude-Gilbert Dubois, *Le Manierisme*, PUF, Paris, 1979, pp. 23 segs.
- ³⁵ Cfr. Victoria Bomel, «The uses of theory, concepts and comparison in historical sociology», in *Comparative Studies in Society and History*, 22, nº 2, 1980, pp. 156-73; contudo, esta emergência da dimensão teórica tem também suscitado algumas reservas, dado que a construção de modelos teóricos sofisticados perde de vista, com alguma frequência, a dimensão empírica do tema em estudo.
- ³⁶ Por seu turno, essas trocas revestem-se também de uma assinalável espessura simbólica, como tem sublinhado Pierre Bourdieu; cfr. entre outros textos fundamentais, «Le champ littéraire», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 89, 1991, p. 446.
- ³⁷ Para uma boa panorâmica da bibliografia sobre este âmbito temático, cfr. Stuart Clark, «French historians and early modern popular culture», *Past and Present*, nº 100, 1983, pp. 62-99.
- ³⁸ M. Foucault, *L'archéologie du savoir*, Gallimard, Paris, 1969; um bom ponto da situação sobre a recente bibliografia que explora as relações entre centro e periferia, em X. Gil Pujol, «Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII», *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 6, 1991, pp. 119-42.
- ³⁹ Num sugestivo estudo, Carlo Ginzburg e E. Castelnovo exploram as relações centro-periferia no campo da arte figurativa da Itália do início da época moderna, relacionando essa problemática com as relações de poder entre os diversos níveis do social (cfr. «Domination symbolique et

- géographie artistique dans l'histoire de l'art italien», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 40, 1981, pp. 51-72); mais recente, o estudo de Pierre Ronzeaud sobre as representações do «povo» na literatura francesa dos séculos XVII e XVIII, denota também preocupações próximas das propostas de Foucault (cfr. *Peuple et représentations sous le règne de Louis XIV. Les représentations du peuple dans la littérature politique en France sous le règne de Louis XIV*, Université de Provence, Aix en Provence, 1988).
- ⁴⁰ A este respeito, v. o interessante ensaio de C. Jouhaud, «Le Duc et l'Archevêque: action politique, représentations et pouvoir au temps de Richelieu», in *Annales E.S.C.*, Setembro-Outubro de 1986, nº 5, pp. 1017-39.
- ⁴¹ A. Burguière, *art. cit.*, p. 133; a esse alargamento da noção de poder, corresponde um alargamento do âmbito sociológico da sondagem no campo político, dado que a par da «alta política», estuda-se também a chamada «política popular»; entre numerosos exemplos, cfr. Tim Harris, *London Crowds in the Reign of Charles II. Propaganda and politics from the Restoration until the exclusion crisis*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987.
- ⁴² R. Chartier, «Le monde comme représentation», in *Annales E.S.C.*, 1989, nº 6, p. 1519.
- AAVV, *Problemáticas em História Cultural*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1987.
- AAVV, «Histoire et Sciences Sociales: un tournant critique», *Annales E.S.C.*, nº 6, 1989.
- Abrams, Philip, «History, Sociology, Historical Sociology», *Past and Present*, nº 87, Maio de 1980, pp. 3-16.
- Ankermist, F. R., *Narrative logic: a semantic analysis of the historians language*, M. Nijhoff, The Hague, 1983.
- Araújo, Ana Cristina, e Carvalho, Joaquim Ramos de, «História das Ideias e das Mentalidades (séculos XVI a XVIII)», *Ler História*, nº 21, 1991, pp. 59-71.
- Barthes, Roland, «Le discours de l'histoire», in *Social Science Informations*, nº 6, 1967, pp. 65-75.
- Baxandall, Michael, *Painting and Experience in Fifteenth Century Italy*, Oxford University Press, 1972.
- Bomel, Victoria, «The uses of theory, concepts and comparison in historical sociology», in *Comparative Studies in Society and History*, 22, nº 2, 1980, pp. 156-73.
- Bourdieu, Pierre; Chartier, R.; e Darnton, R., «Dialogue a propos de l'Histoire Culturelle», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 59, Setembro de 1985, pp. 86-93.
- «Le champ littéraire», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 89, 1991, pp. 4-46.
- Bouza Álvarez, Fernando, «Reverenter Absolvit. Nadie ha inventado la historia», *Manuscrits*, nº 8, Janeiro de 1990, pp. 87-104.
- «Prólogo», in J. Burckhardt, *La cultura del Renacimiento en Italia*, Akal, Madrid, 1992, pp. 7-41.
- *Del Escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XII-XVII)*, Síntesis, Madrid, 1992.
- Braudel, F., *História e Ciências Sociais*, Presença, Lisboa, 1972.
- Brown, Richard H., *Society as Text. Essays on Rhetoric, Reason, and Reality*, University of Chicago Press, Chicago, 1987.

- Burguière, André, «De la compréhension en Histoire», in *Annales E.S.C.*, 1990, nº 1, pp. 123-36.
- «The Fate of the History of Mentalités in the *Annales*», in *Comparative Studies in Society and History*, 1982, pp. 424-37.
- Burke, Peter, *The French Historical Revolution: the Annales School 1929-89*, Stanford University Press, Stanford, 1990.
- (ed.), *New Perspectives on Historical Writing*, Polity Press, Cambridge, 1991.
- Chartier, Roger, «História Intelectual e História das Mentalidades: uma dupla reavaliação», in *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Difel, Lisboa, 1988, pp. 29-67.
- «Le monde comme représentation», in *Annales E.S.C.*, 1989, nº 6, pp. 1505-20.
- Clark, Stuart, «French historians and early modern popular culture», in *Past and Present*, nº 100, 1983, pp. 62-99.
- «The *Annales* historians», in Q. Skinner (ed.), *The Return of Grand Theory in the Human Sciences*, Cambridge University Press, Cambridge, 1985, pp. 177-98.
- Curto, D. Ramada, *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*, Universidade Aberta, Lisboa, 1988.
- Darnton, Robert, *The Great Cat Massacre and other episodes in French cultural history*, Peregrine Books, 89, 1985.
- «The symbolic element in History», in *Journal of Modern History*, nº 58, 1986, pp. 218-34.
- Davis, Natalie Zemon, *Society and Culture in early modern France*, Stanford, 1975.
- *The Return of Martin Guerre*, Cambridge University Press, Cambridge, 1983.
- Dubois, Claude-Gilbert, *Le Maniérisme*, PUF, Paris, 1979.
- Elias, Norbert, *O Processo Civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, D. Quixote, Lisboa, 1989.
- Febvre, Lucien, «Civilisation – évolution d'un mot et d'un groupe d'idées», in AAVV, *Civilisation. Le mot et l'idée*, Félix Alcan, Paris, 1930, pp. 20 e segs.
- Fernández, J. W., «Historians tell tales: of Cartesian cats and Gallic cockfights», in *Journal of Modern History*, nº 60, 1988, pp. 113-27.
- Fish, Stanley, *Is there a text in this class? The authority of interpretative communities*, Harvard University Press, Harvard, 1980.
- Foucault, Michel, *L'archéologie du savoir*, Gallimard, Paris, 1969.
- «Deux essais sur le sujet et le pouvoir», in Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, *Michel Foucault. Un parcours philosophique*, Gallimard, Paris, 1984.
- Geertz, Clifford, *The interpretation of cultures*, Basic Books, Nova Iorque, 1973, pp. 3-30.
- «Centers, kings and charisma. Reflections on the symbolics of power», in J. Ben Ami & T.N. Clark (ed.), *Culture and its Creators. Essays in honor of Edward Shils*, Chicago, 1979, pp. 150-71.
- Gil Pujol, Xavier, «Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII», *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 6, 1991, pp. 119-42.
- Ginzburg, Carlo, *Il formaggio e i vermi. Il cosmo di un mugnaio del 500*, Einaudi, Turim, 1976.
- «L'alto e il basso. Il tema della conoscenza proibita nel Cinquecento e Seicento», in *Miti Emblematici. Morfologia e storia*, Einaudi, Turim, 1986, pp. 106-32.

- Ginzburg, Carlo, e Castelnovo, E., «Domination symbolique et géographie artistique dans l'histoire de l'art italien», in *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n° 40, 1981, pp. 51-72.
- Gismondi, Michael, «The gift of theory: a critique of the *histoire des mentalités*», in *Social History*, vol. X, 2, Maio de 1985, pp. 211-30.
- Gombrich, E. H., *Meditations on a Hobby Horse and other essays on the theory of art*, Phaidon, Londres e Nova Iorque, 1963.
- *Tributes. Interpreters of our Cultural Tradition*, Ithaca, 1984.
- Goody, Jack, *The Domestication of the Savage Mind*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987 [1ª ed. 1977].
- Grinberg, Martine, «La culture populaire comme enjeu: rituels et pouvoirs (XIV^e-XVII^e siècles)», in AAVV, *Culture et ideologie dans la genèse de l'état moderne*, Roma, 1985, pp. 381-92.
- Harlan, David, «Intellectual History and the return of literature», in *The American Historical Review*, 94, n° 3, Junho de 1989, pp. 581-609.
- Harris, Tim, *London crowds in the reign of Charles II. Propaganda and politics from the Restoration until the exclusion crisis*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987.
- Hespanha, A. M., «A emergência da História», in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n° 5, 1991, pp. 9-25.
- «Savants et rustiques. La violence douce de la raison juridique», in *Ius Commune*, n° 10, 1987, p. 148.
- «L'étude prosopographique des juristes: entre les 'pratiques' et leurs 'représentations'», in J. M. Scholz (dir.), *El tercer poder. Hacia una comprensión histórica de la justicia contemporánea en España*, Vittorio Klostermann, Frankfurt, 1992, pp. 93-101.
- Hobsbawm, Eric J., «The revival of narrative: some comments», in *Past and Present*, n° 86, Fevereiro de 1980, pp. 3-8.
- Hollinger, David, «The Return of the Prodigal: the Persistence of Historical Knowing», *The American Historical Review*, vol. 94, n° 3, Junho de 1989, pp. 610-21.
- Hunt, Lynn, «French History in the last twenty years: the rise and fall of the *Annales* paradigm», in *Journal of Contemporary History*, vol. 21, 1986.
- (ed.), *The New Cultural History*, Berkeley, University of California Press, 1989, pp. 209-24.
- Iggers, Georg G., *New Directions in European Historiography*, Methuen, Londres, 1984 (2ª ed.).
- Iser, Wolfgang, *Der Akt des Lesens. Theorie aesthetischer Wirkung*, Wilhelm Fink, Munique, 1976.
- Jouhaud, Christian, *Mazarinades: la Fronde des Mots*, Aubier Montaigne, Paris, 1985.
- «Le Duc et l'Archevêque: action politique, représentations et pouvoir au temps de Richelieu», in *Annales E.S.C.*, Setembro-Outubro de 1986, n° 5, pp. 1017-39.
- Juette, Robert, «Moderne Linguistik und 'Nouvelle Histoire'», in Wolfgang Schieder (dir.), *Hexenverfolgung in der doerfflichen Gesellschaft*, Vandenhoeck & Ruprecht, Goettingen, 1990, pp. 104-20.
- King, Preston (ed.), *The History of Ideas. An introduction to method*, Croom Helm, Londres, 1983.
- Kinser, Samuel, «Annaliste paradigm? The geohistorical Structuralism of Fernand Braudel», in *The American Historical Review*, n° 86, 1, 1981, pp. 63-109.

- Kohut, Thomas, «Psychohistory as History», in *The American Historical Review*, n° 91, 2, 1986, pp. 336-54.
- Kuehn, Thomas, «Reading microhistory: the example of Giovanni and Lusanna», in *The Journal of Modern History*, n° 61, 3, 1989, pp. 512-34.
- LaCapra, Dominick, *Rethinking Intellectual History: Texts Contexts, Language*, Ithaca, Nova Iorque, 1983.
— «Chartier, Darnton and the great symbol massacre», in *Journal of Modern History*, n° 60, 1988, pp. 95-112.
- Latour, Bruno, e Fabbri, Paolo, «La rhétorique du discours scientifique», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 13, pp. 81-95.
- Le Goff, Jacques (dir.), *Object et méthodes de l'histoire de la culture. Actes du colloque franco-hongrois de Tihny*, CNRS, Paris, 1982.
- Lefort, Claude, *Le travail de l'oeuvre. Machiavel*, Gallimard, Paris, 1986 [1ª ed. 1972].
- Mackay, A. e McHendrick, «La semiología y los ritos de violencia: Sociedad y poder en la corona de Castilla», in AAVV, *En la España Medieval XI*, 1988, pp. 153-65.
- Mattoso, José, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Estampa, Lisboa, 1988.
- McDonald, Terence J., *The Historic Turn in the Human Sciences. Essays on Transformations in the Disciplines*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1992.
- Megill, Allan, «Recounting the Past: 'Description', explanation, and Narrative in historiography», *The American Historical Review*, vol. 94, n° 3, Junho de 1989, pp. 627-53.
- Mink, L.-O. (ed.), *The Writing of History. Literary Form and Historical Understanding*, Madison, 1978, pp. 130-49.
- Molino, J., «Combien de Cultures?», in AAVV, *Les intermédiaires culturels. Actes du Colloque Méridional d'Histoire Sociale des Mentalités et de Cultures*, Honoré Champion, Paris, 1981, pp. 631-40.
- Peters, E. M., «Religion and culture, popular and unpopular, 1500-1800», in *The Journal of Modern History*, 59, n° 2, 1987, pp. 317-30.
- Pocock, J. G. A., «The concept of a language and the *métier d'historien*. Some considerations on practice», in Anthony Pagden (ed.), *The Languages of Political Theory in Early Modern Europe*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987, pp. 19-38.
- Ranieri, Filippo, «Juristische Literatur aus dem Ancien Regime und historische Literatursoziologie. Einige methodologische Vorüberlegungen», in AAVV, *Aspekte europäischer Rechtsgeschichte. Festgabe fuer Helmut Coing zum 70. Geburtstag*, Vittorio Klostermann, Frankfurt, 1982, pp. 293-322.
- Rauhut, Franz, «Die Herkunft der Worte und Begriffe 'Kultur', 'Civilisation' und 'Bildung'», *Germanisch Romanisch Monatsschrift*, n° 38, 1953, pp. 81-91.
- Revel, Jacques, «História e Ciências Sociais: os paradigmas dos *Annales*», in *A Invenção da Sociedade*, Difel, Lisboa, 1990, pp. 13-41.
- Ronzeaud, Pierre, *Peuple et représentations sous le règne de Louis XIV. Les représentations du peuple dans la littérature politique en France sous le règne de Louis XIV*, Université de Provence, Aix en Provence, 1988.

- Rubin, Miri, *Corpus Christi. The Eucharist in Late Medieval Culture*, Cambridge University Press, Cambridge, 1991.
- Ruerup, Reinhard (dir.), *Historische Sozialwissenschaft. Beiträge zur Einführung in die Forschungspraxis*, Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen, 1977.
- Sabean, David, *Power in the Blood. Popular Culture and Village Discourse in Early Modern Germany*, Cambridge, 1984
- Schoettler, Peter, «Mentalitäten, Ideologien, Diskurse. Zur sozialgeschichtlichen Thematisierung der 'dritten Ebene'», in Alf Luedtke (dir.), *Alltagsgeschichte. Zur Rekonstruktion historischer Erfahrungen und Lebensweisen*, Campus Verlag, Frankfurt, 1989, pp. 85-136.
- Schulze, Winfried (ed.), *Aufstaeude Revolten Prozesse. Beiträge zu Baeurlichen Widerstandsbewegungen im frueheneuzeitlichen Europa*, Klett-Lotta, Estugarda, 1983.
- Serrano, Antonio, «La Rata en el Laberinto o la Historia como observatorio jurídico», in *Anuario de Historia del Derecho español*, t. LXII, 1992, pp. 675-713.
- Skinner, Quentin, «Meaning and Understanding in the History of Ideas», *History and Theory*, VIII, i, 1969, pp. 3-53.
- Skocpol, Theda (ed.), *Vision and Method in Historical Sociology*, Cambridge University Press, Cambridge, 1984.
- Stoianovich, Traian, *French Historical Method: the Annales Paradigm*, Ithaca, Nova Iorque, 1976.
- Süssmuth, Hans (ed.), *Historische Anthropologie*, Göttingen, 1984.
- Tanselle, G. T., «The history of books as a field of study», in *The second Hanes Lecture Chapel Hill*, Academic Affairs Library, University of North Carolina, 1981.
- Thomas, Keith, «An Anthropology of Religion and Magic, II», in *Journal of Interdisciplinary History*, vii, 1975, pp. 91-109.
- Thompson, E. P., «The moral economy of the English crowd in the eighteenth century», *Past and Present*, nº 50, 1971, pp. 76-136.
- Tilly, Charles (ed.), *Reading Material Culture*, Blackwell, Oxford, 1990.
- Tonnelat, E., «Kultur – histoire du mot. Évolution du sens», in *Civilisation. Le Mot et l'Idée*, Félix Alcan, Paris, 1930, pp. 61-73.
- Touraine, Alain, *Le retour de l'acteur. Essai de sociologie*, Fayard, Paris, 1981.
- Van Dülmen, R., *Kultur und Alltag in der Frühen Neuzeit*, Munique, 1990.
- Weber, Max, *Die protestantische Ethik und der «Geist» des Kapitalismus*, 1905.
— *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, Fondo de Cultura Económica, México, 1987.
- Wesseling, Elisabeth, *Writing History as a Prophet. Post-Modernist innovations of the Historical Novel*, John Benjamins P. C., Amsterdam - Philadelphia, 1991.
- White, Hayden, *The Content of Form: Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore, 1987.
— «Method and Ideology in Intellectual History: the case of Henry Adams», in D. LaCapra e S. L. Kaplan (ed.), *Modern European Intellectual History*, Cornell University Press, Ithaca - Nova Iorque, 1986.

Wirth, Jean, «Against the acculturation thesis», in Greyerz, Kaspar von (ed.), *Religion and Society in early modern Europe 1500-1800*, George Allen & Unwin, Londres, 1981, pp. 66-78.

Wuthnow, Robert, *Meaning and Moral Order. Explorations in Cultural Analysis*, University of California Press, Berkeley, 1987.

Adaptação do Relatório da aula teórico-prática, realizado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica (previstas pelo ECDU), apresentado em Abril de 1993 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.